

MEC



**Novos tempos para
a educação**

785

Presidente da República Federativa do Brasil
José Sarney

Ministro da Educação
Marco Maciel

Há menos de três meses à frente do Ministério da Educação, o Ministro Marco Maciel já pode anunciar, com segurança, novos tempos para a educação no Brasil. Em entrevista de mais de duas horas ao Globo, encerrada depois da meia-noite da última terça-feira, o Ministro falou com entusiasmo, apesar do cansaço, das metas que começarão a ser executadas a partir do segundo semestre.

Depois de exaustivas negociações na área econômica e de colher depoimentos e amplos estudos da problemática educacional, Marco Maciel pode, enfim, anunciar que a universidade brasileira vai sair do estado de penúria em que está há mais de cinco anos, para recuperar o status político e acadêmico dos melhores tempos. Vai ter dinheiro, vai participar das discussões dos problemas nacionais e, principalmente, vai elaborar os próprios projetos de governo, através dos organismos regionais. "A questão do financiamento do ensino superior é sobretudo uma postura política relacionada com o desenvolvimento", admite o Ministro.

Nesta entrevista, Marco Maciel fala do seu projeto mais ambicioso, o programa Educação para

Todos, lançado sexta-feira pelo Presidente José Sarney. "O subdesenvolvimento é resultado exatamente da insuficiência de investimento nas áreas básicas", assegura. São metas ambiciosas, reconhece o próprio Ministro, à medida que se propõem a erradicar o analfabetismo do País em apenas dez anos e a abrir as salas de aula para oito milhões de crianças marginalizadas da vida escolar.

Ele anuncia a volta, em 1986, dos cursos noturnos das universidades, a fiscalização rigorosa sobre os lucros das escolas particulares de ensino superior, o cumprimento formal neste ano da Emenda Calmon, a partir de recursos extra-orçamentários, e a inclusão da obrigatoriedade do ensino pré-escolar na próxima Constituição. Para o Ministro, essas metas inauguram novos tempos para a educação no País.

Universidade vai ter o dobro de recursos ainda no segundo semestre

Ainda este ano, nós vamos duplicar o volume de recursos para as despesas de manutenção das universidades e assegurar uma melhor condição ao professor. Ainda este ano, vamos

melhorar substancialmente a condição da universidade brasileira.” Com estas afirmações, o Ministro Marco Maciel analisou o saldo das negociações com os ministros da área econômica, mantidas desde que ele assumiu a Pasta. Nesta semana, por exemplo, só de recursos oriundos do Finsocial, Maciel anunciou a obtenção de mais de Cr\$ 800 bilhões. Em reuniões com os Ministros João Sayad, do Planejamento, e Francisco Dornelles, da Fazenda, novas dotações de verbas serão destinadas à universidade.

Maciel acha que os anos de penúria, quando a universidade praticamente trabalhou sem recursos, ficaram para trás.

— Nos próximos dias, anunciaremos recursos mais significativos, que representarão um novo estágio, uma nova era para as universidades brasileiras, tanto em relação ao pessoal quanto para a própria manutenção das instituições — disse o Ministro, adiantando que já em julho próximo serão alocados todos os recursos destinados ao ensino superior.

Entendendo que a questão do ensino deve ser tratada a nível político, Maciel garante que a obtenção de recursos só foi possível graças ao estreito relacionamento com os ministros da área econômica do Governo.

— Eu estaria sendo injusto se dissesse que encontrei alguma dificuldade para a colocação dos pleitos que tenho apresentado aos Ministros do Planejamento e da Fazenda. Ambos são homens que demonstram sensibilidade política para a importância da educação e são, coincidentemente, professores universitários. Eu não acredito que possamos ter uma correta política de desenvolvimento, se não tivermos uma universidade viva, participativa, que possa contribuir para a nossa trajetória democrática — esclarece Maciel.

O Ministro garante que, a partir de julho, a universidade sairá da fase de mera sobrevivência para se afirmar como uma das mais representativas instituições da vida nacional. Maciel disse que já está concluído o plano que envolve uma articulação das universidades com os organismos regionais — Sudene, Sudam, Sudeco e Sudesul —, dando maior prestígio político ao professor e ao aluno. Esses organismos regionais, segundo ele, solicitarão às escolas superiores projetos e estudos na elaboração de seus programas.

Meta é dar ensino para oito milhões de crianças sem acesso à escola

A Emenda João Calmon, que destina 13 por cento dos impostos arrecadados pela União para o setor educacional, será cumprida extra-oficialmente ainda este ano. Disse o Ministro Marco Maciel que a Emenda será cumprida em 1985 de maneira informal, porque o orçamento em vigor ainda não obedece ao percentual definido

na Constituição. Dessa maneira, os recursos serão chegados através de créditos suplementares que Maciel está obtendo da área econômica, incluindo o Finsocial, que destinará Cr\$ 900 bilhões para a educação

Nesta semana que começa, Maciel inicia outra rodada de conversações com o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dílson Funaro, esperando elevar ainda mais a cota destinada à educação dos recursos do Finsocial.

Maciel confessa que, ao assumir o Ministério da Educação, ficou impressionado com a sua debilidade. O seu orçamento para este ano corresponde, em termos relativos, a apenas 21 por cento do de 1981.

— Isso é algo que consideramos extremamente grave. Precisamos reverter esse quadro, de forma bastante ousada e ágil. Não me conformo com o atual quadro educacional do País, com oito milhões de crianças fora da escola — desabafa Marco Maciel.

Entusiasmado, alinha as prioridades básicas contidas no projeto Educação para Todos, a partir de uma mobilização nacional, incluindo Igreja, sindicatos, clubes de serviços, empresários e órgãos de profissionais liberais. “Um mutirão cívico em favor da educação”, diz o Ministro.

— No Nordeste, a causa da evasão escolar está associada ao baixo nível de vida de grande parte da população. No ano passado, tivemos um quadro de matrículas inferior ao crescimento demográfico — esclarece.

Para o Ministro, enquanto não se atingir a universalização do ensino de primeiro grau, o País estará alimentando um contingente de

adultos analfabetos. Ele lembra que, em 1963, quando foi aprovado o I Plano Nacional de Educação, em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases aprovada no ano anterior pelo Congresso, a primeira meta estabelecida foi a universalização do ensino fundamental, escolarizando, na época, quatro milhões de crianças que não tinham acesso à escola.

— Passados mais de vinte anos, este número, na faixa etária dos sete aos 14 anos, aumentou para oito milhões de crianças, vítimas da insensibilidade nacional para com este grave problema — explica o Ministro.

Ele antecipa também que, quando a nova Constituição for aprovada, a escolaridade infantil no Brasil passará a ser obrigatória a partir dos cinco anos, antecipando em dois anos o início da vivência da criança na escola. Ao liberar essa informação, o Ministro Marco Maciel ressaltou que a prioridade continuará para o estudante dos 7 aos 14 anos, como exige a atual Constituição. Criticada veladamente pelos educadores por não ter incluído o pré-escolar no projeto Educação para Todos, Maciel explica:

— Reconheço que o pré-escolar é fundamental, até mesmo para que a criança, quando for fazer o primeiro grau, possa ter condições de assimilar tudo o que vai ser ministrado. Mas, enquanto não conseguirmos assegurar a escola para todos, não podemos pensar em dar prioridade à pré-escola. Acredito que, na Constituinte, possamos obter maior espaço político para a educação, levando a prioridade até o pré-escolar.

Anuidade alta em faculdades pagas é desafio imediato para o Ministério

Ainda neste ano o Ministério da Educação vai realizar um levantamento para determinar quais as faculdades particulares que estão preocupadas exclusivamente com o lucro e quais as que têm também um objetivo social, que buscam melhorar o ensino e prestam serviços à comunidade. Preocupado com o excessivo aumento das anuidades das escolas particulares de ensino superior, Marco Maciel disse que vai examinar meios e formas para encontrar uma saída para o problema.

Essa espécie de auditoria nos cofres das instituições particulares, sob o regime das chamadas mantenedoras, começará por um trabalho delicado de relacionamento com o Conselho Federal de Educação (CFE), acusado pelos estudantes de defender os interesses das mantenedoras. De fato, segundo levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP, em uma sala de aula uma escola particular obtém lucro de 640 por cento, tornando-se assim um dos mais rentáveis negócios do País.

— Reconheço que a inflação desorganiza a vida econômica, política e social de um país, o que se reflete também na educação. Pretendo

estreitar meu relacionamento com o Conselho Federal de Educação, para buscar soluções para este complexo problema das anuidades, que já vai nos desafiar nos próximos dias, com o novo aumento das taxas das escolas particulares.

Livro didático descartável custa um trilhão por ano ao Governo

Logo que assumiu o Ministério da Educação, Marco Maciel começou a receber veementes apelos de educadores e entidades para acabar com o chamado livro descartável. Fonte de grandes lucros para algumas editoras, o livro descartável tem espaços em branco para o aluno preencher, sendo um material didático de vida curta, que não ultrapassa um ano letivo.

É um problema delicado, para o Ministério, à medida que envolve empresas poderosas que atuam no setor. Um problema que o próprio Ministro ainda não encarou de frente, esperando os resultados dos estudos que estão sendo feitos pela antiga Fundação Nacional do Material Escolar (Fename). No documento "Escândalo do livro didático", que o Ministro recebeu do ex-diretor-

executivo da entidade, há a denúncia de que o Governo terá no próximo ano um prejuízo de Cr\$ 1 trilhão se persistir na adoção do livro descartável.

Para o Ministro, existem implicações bem mais amplas e profundas, que exigirão a reformulação completa da política editorial de caráter didático.

— A política do livro didático está sendo criteriosamente avaliada em todas as suas implicações, para evitarmos repetições de erros que seriam fatais para a educação brasileira. A simples descentralização executiva da política editorial, transferindo-a para os estados, acarretaria insuportáveis aumentos de custos, que poderiam inviabilizar o programa do livro didático. Há, portanto, aspectos políticos, administrativos, didáticos e pedagógicos que estão sendo objeto de avaliação — esclarece o Ministro.

Reivindicação da UNE para reabrir cursos noturnos será atendida

A partir de 1986, as universidades brasileiras reativarão seus cursos noturnos, gradativamente extintos nos últimos oito anos, prejudicando milhares de universitários que

trabalham durante o dia. Ao anunciar mais essa medida que revigorará a universidade e abrirá espaço no mercado de trabalho do magistério, o Ministro Marco Maciel atende à reivindicação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que, na semana passada, foi recebida no gabinete ministerial.

— É um pedido justo, que pretendo examinar com todo interesse, e a partir de 86 poderemos fazer as primeiras experiências — promete o Ministro.

Maciel reconhece que uma característica negativa da universidade brasileira é a ociosidade dos equipamentos e instalações. Para ele, a UNE está correta ao pedir a utilização da capacidade ociosa das escolas superiores.

Ex-líder estudantil no Recife, Maciel é o primeiro Ministro desde 1964 a receber a diretoria da UNE. Ele vê com absoluta naturalidade essa abertura concedida a uma entidade proscrita há mais de vinte anos das discussões políticas do País.

— A UNE nasceu num momento crucial da vida brasileira, quando o País, pela voz dos estudantes mobilizados contra o nazifacismo, preconizou e terminou obtendo o alinhamento do Governo junto aos Aliados, na Segunda Guerra Mundial. A partir daí, teve presença constante e obrigatória em memoráveis campanhas e serviu para formar inúmeras gerações de políticos. Não vejo, portanto, nenhum motivo para que a entidade deixe de exercer o seu papel histórico — afirma.

Maciel assinala que o exemplo maior dessa abertura é a participação do ex-Presidente da UNE, Javier Alfaya, na comissão de alto nível que estuda reformulações para o ensino superior.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Esplanada dos Ministérios – Bloco L – 9.º andar
Fones: 223-2209 – 223-9297

